



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana.

1. OBJETO

1.1. Aquisição de servidor para o sistema de videomonitoramento – conforme descrição completa contida no Termo de Referência, para uso no sistema de videomonitoramento da Guarda Municipal de São Carlos.

1.2. Considerando que os padrões referentes aos materiais desta contratação podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, são caracterizados como “bens e serviços comuns”.

1.3. Modalidade: Pregão Eletrônico.

1.4. Critério de Julgamento: Menor preço.

1.5. O contrato terá vigência de 120 dias, contado a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual prazo, em conformidade com artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O município possui um sistema de vídeo monitoramento, implantado em 2010, conforme convênio nº 098/2005 (SIAFI 539582), com algumas atualizações e expansão, incluindo câmeras de monitoramento, leitura automática de placas veicular, LPR (do inglês “License Plate Recognition”, Reconhecimento de Placas de Veículos), tudo integrado ao Sistema Muralha Paulista da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, sendo as imagens e os alertas disponibilizadas para a Polícia Civil e Militar, e ao sistema Córtex do Ministério da Justiça e Segurança Pública, além do monitoramento 24 horas por dia pela Guarda Municipal.

2.2. O sistema é um excelente equipamento para o combate da criminalidade e também para melhorar a sensação de segurança da população do município e tem funcionado no combate à criminalidade.

2.3. Além do mais, o investimento tecnológico permite estruturar o policiamento orientado para o problema, inclusive com uso de aplicativos que permitem o acionamento, em tempo real, das equipes operacionais que atuam estrategicamente em perímetros prioritário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

2.4. No município de São Carlos o sistema é utilizado de forma corporativa por todas as forças de segurança existentes na cidade de São Carlos, subsidiando inclusive as deliberações do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, permitindo um planejamento das operações conjuntas realizadas a partir dos dados estatísticos colhidos diuturnamente.

2.5. O sistema de monitoramento urbano usado no município de São Carlos é gerenciado pelo software Digifort Enterprise, versão 7.4.1 de propriedade do município, sendo que desta forma, é necessário que as licenças sejam do mesmo fabricante, tendo em vista que é uma expansão, necessitando de licenças para isto, e que todos os software e hardware necessitam de compatibilidade com o sistema existente.

2.6. O Servidor utilizado hoje no sistema Escudo Saocarlense para armazenamento e processamento de imagens não está sendo compatível com as câmeras de reconhecimento facial e leitoras de placas. O atual sistema implantado pelo Muralha Paulista do Governo do Estado de São Paulo passou a exigir maior eficiência no processamento das imagens.

2.7. Foi constatada, conforme relatório e declaração anexos, a inoperância deste sistema de segurança pública, responsável pela leitura automática de placas e reconhecimento facial, não permitindo alertas para as forças de segurança do município, tanto para a Guarda Municipal quanto para a Polícia Militar.

2.8. Está aquisição aumentará a capacidade do sistema em identificar veículos furtados, roubados ou de interesse na área de segurança pública.

2.9. A contratação está amparada no artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os fundamentos da licitação pública, bem como consta com previsão nas metas estabelecidas no PPA 2022–2025 e no PCA.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE

3.1. Objeto

Item 1	DESCRIÇÃO	UM MED	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Servidor tipo RAC, – conforme descrição completa contida nas especificações técnicas anexa.	Unidade	1 (um)	R\$ 27.050,00	R\$ 27.050,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

- 3.2. As especificações detalhadas e locais de instalação estão nos anexos deste termo.
- 3.3. Todos os equipamentos devem ser compatíveis entre si e com o atual software de monitoramento utilizado pelo Município de São Carlos, permitindo a integração com o atual sistema. O sistema de monitoramento urbano usado é gerenciado pelo software Digifort Enterprise, versão 7.4.1.
- 3.4. Os parâmetros foram ajustados considerando a realidade do mercado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. O sistema de videomonitoramento é composto por câmeras, servidores e estruturas de redes interligando as câmeras aos servidores instalados no CCO.
- 4.2. Está interligação pode ser realizada através de fibra ótica, rádio ou pela internet.
- 4.3. As câmeras serão instaladas nos pontos definidos, devendo ter toda infraestrutura.
- 4.4. As câmeras são gerenciadas por um VMS (Sistema de Gerenciamento de Vídeo), sendo necessário para a integração licenças do fabricante.
- 4.5. O monitoramento é realizado no Centro de Controle Operacional da Guarda Municipal de São Carlos, sendo que o sistema está interligado aos sistemas do Estado de São Paulo, Muralha Paulista, e ao sistema do Ministério da Justiça e Segurança Pública, CórTEX.
- 4.6. Os alertas de veículos de interesse da segurança pública ou de procurados pela Justiça são enviados tanto para o CCO da GM como para Polícia Militar.

5. REQUISITOS TÉCNICOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 5.1. O prazo de entrega do bem é de:
- 5.1.1. 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana.
- 5.2. Os materiais e serviços deverão ser instalados e entregues conforme anexo II deste termo, juntamente com toda a documentação necessária para registro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

5.3. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. O bem será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. Da Visita Técnica:

5.8.1. As empresas interessadas em participar do certame licitatório PODERÃO realizar visita técnica no local onde serão executados os serviços, examinando, tomando ciência do estado das instalações, características, quantidades e eventuais dificuldades para execução dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento dessas informações;

5.8.2. A visita tem por finalidade avaliar as condições das instalações atualmente existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, consequentemente, assegurem que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do CONTRATANTE;

5.8.3. A visita poderá ser realizada, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Inteligência e Tecnologia (DOIT), por meio do telefone (16) 3361-7111, pelos e-mail evandro.mione@saocarlos.sp.gov.br e fineias.silva@saocarlos.sp.gov.br, ou diretamente no edifício sede, situado na Rua Eugênio de Andrade Egas, 151, Vila Brasília, São Carlos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

5.8.4. A visita poderá ser realizada por profissional habilitado da interessada e será acompanhada por representante do PROPONENTE;

5.8.5. Conforme entendimento estabelecido pelo Tribunal de Contas da União, é facultado ao proponente deixar de realizar a vistoria técnica no local da prestação do serviço, desde que forneça, anexa à proposta comercial, uma declaração de que conhece as condições construtivas presentes no ambiente da prestação do serviço.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. São obrigações da Contratada:

6.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.2.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6.4. Garantia contratual dos bens e serviços:

6.4.1. O prazo de garantia contratual dos equipamentos e serviços é a prevista pelo fabricante em cada item ou a que constar nas especificações técnicas, prevalecendo a que for maior.

6.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.4.4 A manutenção técnica corretiva contempla os serviços de reparo com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos identificados por meio de diagnóstico, bem como a correção de anormalidades, a realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento, e também na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

6.4.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.4.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação ao contratado. A contrata deverá indicar um e-mail e telefone para contato.

6.4.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

6.5. Após a assinatura do contrato, a autoridade competente deverá designar um gestor e um fiscal, responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

7. GARANTIA

7.1. Não haverá exigência de garantia para a execução do objeto, considerando a inexistência de alto risco operacional na sua prestação, e que o objeto é de entrega imediata.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O recebimento do objeto será realizado pelo fiscal designado, que verificará, além do prazo definido para entrega, todos os itens previstos nas especificações técnicas, observando os requisitos do item 5.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção do fornecedor:

10.1.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço, conforme art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Exigências de Habilitação para a contratação:

10.2.1. Para fins de habilitação, serão exigidos do proponente os seguintes documentos:

10.2.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Documento de identidade oficial (RG ou equivalente, com validade nacional);

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), caso tenha optado pelo enquadramento fiscal como Empresário Individual, nos termos do artigo 58 da Instrução Normativa DREI nº 52/2022.

10.2.1.2. Habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

- b) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria Estadual competente do domicílio ou sede do licitante;
- c) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria Municipal competente do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

10.2.1.3. Habilitação Econômico-Financeira:

10.2.1.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.2.1.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos dois últimos Exercícios já exigíveis na forma da lei. Juntamente com o balanço deverão ser apresentados;

10.2.1.3.3. Os licitantes que não apresentarem a documentação exigida, ou a apresentarem de forma incompleta ou incorreta, serão inabilitados, não sendo permitida a complementação posterior.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1 A metodologia adotada para a estimativa de preços considerou o custo dos materiais e serviços.

11.2. A pesquisa de mercado foi realizada com base em três orçamentos formais obtidos junto a empresas do setor e pesquisa em sites de compras governamentais;

11.3. Com base na média dos valores obtidos, estimou-se o valor global de R\$ R\$ 27.050,00 (vinte e sete mil e cinquenta reais).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada:

12.2. ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

12.3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/00 artigo 16:

Quadro de Classificação Orçamentária / Código de Aplicação			
FICHA	FONTE RECURSO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
1001	003	52.08.00.06.181.2081.2215.339039	R\$ 2.132,13
1038	005	52.01.06.181.2081.2807.44905205	R\$ 24.917,87

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.2. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.4. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.6. Cometer fraude fiscal.

13.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.8. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.9. Multa moratória de 0,02% (dois décimos por cento) por dia de atraso

injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.10. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.11. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo

percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.12. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

13.13. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado configurar inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas previstas no Edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civil e criminal decorrentes da infração.

13.14. A fiscalização e o controle da execução do contrato serão realizados por profissionais designados pela unidade requisitante, responsáveis pelo acompanhamento contínuo da prestação dos serviços, garantindo a conformidade com as exigências contratuais e a fiel execução do objeto.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os signatários do presente Termo de Referência estarão disponíveis para prestar esclarecimentos adicionais sobre o objeto da contratação sempre que necessário.

14.2. Anexos:

14.2.1. Especificação Técnica; e

14.2.2. Local de instalação.

São Carlos 24 de outubro de 2025

EVANDRO GIMENEZ MIONE

Diretor DOIT

PAULO CESAR BELONCI

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Pública

MICHAEL TERUO YABUKI

Secretário Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana